

ANEXO 13

DIRETRIZES DE CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO, INCLUINDO A IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO, RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE SANTA LUZIA/MG.

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES GERAIS	3
2	JUSTIFICATIVA	3
3	CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE.....	4
4	ESCOPO DOS SERVIÇOS.....	4
5	ATRIBUIÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	10
6	REUNIÕES DE MONITORAMENTO E FÓRUNS	11
7	GOVERNANÇA CORPORATIVA	11
8	REVISÃO DAS DIRETRIZES DE CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE	12

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

Considera-se VERIFICADOR INDEPENDENTE a empresa responsável por auxiliar o PODER CONCEDENTE na fiscalização do CONTRATO durante todas as suas etapas, dentre outras atribuições dispostas a seguir. As principais atribuições do VERIFICADOR INDEPENDENTE serão o detalhamento das sistemáticas e os procedimentos de aferição dos indicadores de desempenho previstos no CONTRATO.

O trabalho do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser desenvolvido em parceria com o órgão de fiscalização do PODER CONCEDENTE, promovendo a integração das equipes e o alinhamento em relação às melhores práticas a serem adotadas.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE gozará de total independência técnica para realização dos serviços contratados, sendo que eventuais discordâncias quanto ao conteúdo do seu trabalho não ensejarão a aplicação de quaisquer penalidades, atrasos ou descontos sobre sua remuneração.

Eventuais discordâncias em relação ao conteúdo dos produtos conferidos pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, quer sejam por parte da CONCESSIONÁRIA, quer pelo PODER CONCEDENTE, serão dirimidas mediante arbitragem ou por COMISSÃO TÉCNICA instalada nos termos do CONTRATO.

A contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE e os custos relacionados caberão ao PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação aplicável e das diretrizes dispostas neste ANEXO.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE não substitui, nem afasta o exercício do poder de fiscalização do PODER CONCEDENTE no âmbito da CONCESSÃO.

A contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá observar as diretrizes indicadas no corpo deste ANEXO.

2 JUSTIFICATIVA

Nos termos da Cláusula 26 do CONTRATO, o PODER CONCEDENTE se valerá de serviço técnico de verificação independente para auxiliá-lo no acompanhamento da execução do CONTRATO, bem como na avaliação do SISTEMA DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO, no cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO

MENSAL EFETIVA e na aferição do cumprimento das demais obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA.

3 CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, de acordo com autorização constante da LEI DA CIP e nos termos da LEI DE LICITAÇÕES, deverá realizar procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de verificação independente do desempenho da CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO.

O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá:

- a) ser pessoa jurídica com notória especialização na aferição de qualidade na prestação de serviço em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da LICITAÇÃO e;
- b) Ter experiência comprovada em (i) auditoria ou verificação de indicadores, ou (ii) implantação e gerenciamento de indicadores.

4 ESCOPO DOS SERVIÇOS

Os serviços a serem prestados consistem, resumidamente, em:

ETAPA I – ESTRUTURAÇÃO

I. ALINHAMENTO

Esta é a fase inicial do trabalho com o objetivo de estruturar as bases do serviço, estabelecer diretrizes para a execução do objeto, equalizar os conceitos e as práticas a serem implementadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, estabelecer as equipes de trabalho e promover a integração inicial entre as PARTES.

Ao final dessa frente de trabalho deverá ser realizado um seminário de apresentação do Plano e Metodologia de Trabalho e das estratégias adotadas, de acordo com os itens mínimos, conforme abaixo:

Equalização de Conhecimentos Básicos: será realizado seminário, objetivando equalizar, compartilhar e ampliar a compreensão e conhecimentos sobre o projeto, entre os profissionais do MUNICÍPIO gestores do contrato, designados para a adequação e implantação do projeto, e os profissionais indicados pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE.

II. DIAGNÓSTICO

O objetivo da frente de Diagnóstico consiste no entendimento dos papéis e responsabilidades de cada uma dos envolvidos (MUNICÍPIO, prestador de serviço e VERIFICADOR INDEPENDENTE), dos projetos em questão, compreensão dos objetivos finais do MUNICÍPIO em relação ao contrato, avaliação dos indicadores de desempenho propostos, bem como suas metas e métricas e, por fim, a análise dos processos de medição e, quando aplicável, o entendimento do sistema de coleta de dados e do cálculo dos indicadores.

III. DESENHO DE PROCESSOS

A fase de Desenho de Processos tem como objetivo a construção da metodologia de aferição de cada um dos processos de coleta de dados para cálculo dos indicadores produzidos pelo prestador de SERVIÇOS e desenho dos processos de gestão do VERIFICADOR INDEPENDENTE. essa fase é composta pelas atividades descritas a seguir:

IV. PAINEL DE CONTROLE

O objetivo dessa frente é implantar um sistema de informação web que realize as rotinas de cálculo automáticas dos indicadores de desempenho e indicadores estratégicos atribuídos ao VERIFICADOR INDEPENDENTE e que permita acesso remoto do MUNICÍPIO e do prestador de SERVIÇOS aos seguintes recursos:

- a) Visualização dos indicadores de desempenho em uma interface amigável e customizável. O sistema web deve permitir a entrada de dados de aferições manuais e automatizadas;
- b) Cálculo automático dos indicadores de desempenho e do valor devido para transferência de recursos;
- c) Relatórios e gráficos customizáveis permitindo a emissão de relatórios das variáveis do sistema em qualquer base de tempo;
- d) Um painel de controle gerencial no qual será exibido o desempenho do CONTRATO contemplando: indicadores de desempenho, qualidade, produtividade e econômico-financeiros; custos e despesas, dentre outros estabelecidos no contrato;
- e) Um banco de dados no qual ficarão armazenados todos os indicadores e outras grandezas de importância auferidas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, incluindo as realizadas manualmente;
- f) Acesso ao sistema web por meio de usuário e senha. Os usuários poderão ter diferentes permissões de acesso, sendo que a gestão dos acessos será feita pelo MUNICÍPIO;

V. IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS:

A frente de Implantação de Processos tem como objetivo colocar em prática os processos de aferição de dados para cálculo dos indicadores produzidos pelo prestador de SERVIÇOS e executar os processos de gestão do VERIFICADOR INDEPENDENTE. Essa frente é composta pelas atividades descritas a seguir:

- a) Implantar os processos desenhados, avaliar a necessidade e proceder com a revisão dos processos e procedimentos do VERIFICADOR INDEPENDENTE para aferição dos dados e cálculo dos indicadores do prestador de SERVIÇOS;
- b) Revisar e propor melhorias nos processos de coleta de dados e cálculo dos indicadores do prestador de SERVIÇOS;
- c) Realizar eventuais alterações nos processos de gestão do VERIFICADOR INDEPENDENTE, bem como nos formatos dos relatórios.

VI. ANÁLISE DE SISTEMAS PROPOSTOS PELO PRESTADOR DE SERVIÇOS:

A frente de Análise de Sistemas propostos pelo prestador de serviços tem como objetivo analisar a funcionalidade, adequabilidade e segurança dos sistemas propostos pelo prestador de SERVIÇOS para monitoramento dos indicadores de desempenho. Essa frente é composta pelas atividades descritas a seguir:

1. Analisar os sistemas de coleta e cálculo dos indicadores propostos pelo prestador de SERVIÇOS;
2. Elaborar o mapeamento funcional dos sistemas;
3. Analisar, sob o ponto de vista da segurança da informação, toda plataforma tecnológica do prestador de SERVIÇOS:
 - a) Controles gerais de Tecnologia da Informação e Governança de TI;
 - b) Análise de vulnerabilidades na arquitetura proposta;
 - c) Segurança em banco de dados;
 - d) Análise de segurança de acordo com seus 5 (cinco) pilares: confidencialidade, disponibilidade, integridade, acessibilidade e rastreabilidade;
 - e) Análise de segurança Operacional, Física e Lógica; Gestão de riscos de TI;
 - f) Propor melhorias para o sistema da CONCESSIONÁRIA e elaborar relatório de Segurança da Informação.

ETAPA II –ANÁLISE JURÍDICA

A Etapa II – Análise Jurídica tem o objetivo de proporcionar ao MUNICÍPIO os serviços de consultoria relativos à gestão do CONTRATO, mas que não são passíveis de previsão ou tem a necessidade de equipe com competências diferentes das competências da etapa de operação do VERIFICADOR INDEPENDENTE. As atividades desta etapa serão contratadas por meio de ordem de serviço, com o volume de horas a ser negociado com a empresa.

ETAPA III – ANÁLISES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

A Etapa III – Análises Econômico-Financeiras tem o objetivo de proporcionar ao MUNICÍPIO os serviços de consultoria relativos à gestão do CONTRATO, mas que não são passíveis de previsão ou tem a necessidade de equipe com competências diferentes das competências da etapa de operação do VERIFICADOR INDEPENDENTE. As atividades desta etapa serão contratadas por meio de ordem de serviço, com o volume de horas negociado com a empresa.

ETAPA IV – OPERAÇÃO

A Etapa IV – Operação consiste na confirmação dos estudos realizados na Etapa de Estruturação e na aferição de rotina do desempenho do prestador de SERVIÇOS. Sendo assim, de posse dos processos desenhados na Etapa de Estruturação, o VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá confirmar todo seu entendimento e monitorar o comportamento dos processos na prática, bem como realizar a análise de dados provenientes de diferentes sistemas e coletados em campo, para desenvolver um trabalho de análise de tendências utilizando modelos estatísticos, possibilitando a recomendação de ajustes, adaptações e planos de melhoria contínua.

Essa etapa se refere à operação do VERIFICADOR INDEPENDENTE para o CONTRATO.

As frentes de trabalho da Etapa IV – Operação são descritas a seguir.

I – GERENCIAMENTO DA ROTINA:

As atividades contempladas no gerenciamento da rotina são:

1. Realizar a verificação independente conforme os processos de gestão e operação definidos na Etapa I – Estruturação, que consiste em:
 - a) Auxiliar o MUNICÍPIO na fiscalização das ações do prestador de SERVIÇOS no cumprimento das cláusulas e itens contratuais do projeto;
 - b) Acompanhar o desempenho do prestador de SERVIÇOS por meio das obrigações, indicadores e metas definidos para cada projeto;
 - c) Aferir dados do prestador de SERVIÇOS de acordo com os processos e procedimentos definidos na Frente III Desenho de Processo, da Etapa I, enviando os relatórios com os resultados à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA municipal nos prazos estabelecidos;

- d) Realizar reuniões periódicas com o MUNICÍPIO e o prestador de SERVIÇOS para apresentação dos resultados e discussão de assuntos pertinentes, com periodicidade mínima de 3 (três) em 3 (três) meses, podendo ser alterada para períodos mais curtos;
- e) Fornecer os relatórios de cunho gerencial com informações sobre histórico do desempenho do prestador de SERVIÇOS na periodicidade acordada.

II – GERENCIAMENTO DA MELHORIA:

As atividades contempladas no gerenciamento da melhoria são:

- 2. Propor melhorias nos processos e procedimentos dos prestadores de SERVIÇOS referentes à coleta de dados para cálculo dos indicadores de desempenho;
- 3. Revisar e propor melhorias nos processos e procedimentos da verificação independente de aferição dos indicadores e dados do prestador de SERVIÇOS;
- 4. Atualizar o tamanho das amostras de aferição de acordo com a variabilidade dos dados para cálculo dos indicadores;
- 5. Revisar os indicadores e suas metas e métricas nas janelas de revisão contratuais previstas;
- 6. Criar um ciclo de melhoria contínua e ações corretivas para a operação dos projetos de gestão pelo prestador de SERVIÇOS, por meio da criação de uma sala de situação, que utilizará informações provenientes do Painel de Controle e técnicas de análise de dados para identificar padrões de comportamento dos processos e recomendar ações de melhorias para o prestador de SERVIÇOS. O painel de controle a ser operado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ter as seguintes funções:
 - a) Aplicar modelos estatísticos para avaliar possíveis divergências entre os dados coletados em campo pelos agentes do VERIFICADOR INDEPENDENTE, em uma frequência a ser definida, e dados fornecidos pelos relatórios das ordem de serviço e diretamente pelos sistemas de informação;

- b) Selecionar indicadores primários e secundários a monitorar que impactem diretamente a eficiência dos processos operados pelos prestadores de SERVIÇOS e a qualidade. Rever periodicamente (frequência a ser determinada) a necessidade de inclusão de novos indicadores ou substituição ou exclusão dos indicadores monitorados, que deverão ser atualizados no Painel de Controle;
- c) Aplicar modelos estatísticos (ex.: análise de tendência, regressão linear) para projetar possíveis comportamentos futuros dos indicadores chave e recomendar de forma antecipada ações preventivas que reduzam o risco de queda de desempenho e qualidade nos contratos de CONCESSÃO;
- d) Realizar análise de correlação entre variáveis para entender padrões de comportamento dos indicadores chave e recomendar ações de melhoria preventivas e corretivas;
- e) Acompanhar a eficiência das ações recomendadas e implantadas pelo prestador de SERVIÇOS por meio do monitoramento dos indicadores relacionados a processos e gestão;
- f) Recomendar de forma contínua, com base na interpretação dos dados, melhorias e inovações que possam gerar benefícios qualitativos e/ou quantitativos para a gestão dos equipamentos.

5 ATRIBUIÇÕES DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

- 1. O acompanhamento do cumprimento das obrigações da CONCESSIONÁRIA durante o PRAZO DO CONTRATO será realizado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, a quem caberá, entre outras obrigações a serem definidas pelo PODER CONCEDENTE, quando da contratação, as seguintes:
- 2. Avaliar os processos de medição para coleta de dados e cálculo dos indicadores de desempenho do CONTRATO, de forma a comprovar sua conformidade ou apontar melhorias;
- 3. Analisar a confiabilidade dos dados de medição produzidos pelos prestadores de SERVIÇOS;
- 4. Aferir mensalmente o desempenho do prestador de SERVIÇO, suporte técnico a apontamentos de não cumprimento do desempenho previsto.
- 5. Os principais objetivos da contratação são:
 - a) Estruturar a gestão e operação da verificação independente;

- b) Desenhar de todos os processos e procedimentos para aferição do desempenho do prestador de SERVIÇO;
- c) Aferir mensalmente os dados e indicadores produzidos pelo prestador de SERVIÇO, bem como a geração de relatório gerencial mensal sobre o resultado da aferição;
- d) Realizar verificação independente proativa, de forma a sugerir melhorias em todos os processos de modo a permitir que ambas as PARTES atinjam seus objetivos com o CONTRATO.

A CONCESSIONÁRIA garantirá ao PODER CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE acesso irrestrito, ininterrupto e *online*, em qualquer época, aos sistemas de acompanhamento e monitoramento dos SERVIÇOS e aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA.

6 REUNIÕES DE MONITORAMENTO E FÓRUNS

O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá realizar reuniões periódicas de acompanhamento e controle com a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE, registrando em ata as providências a serem adotadas no sentido de se assegurar o cumprimento das exigências e prazos do CONTRATO, devendo o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA serem informados da agenda prevista para tais reuniões e receber cópia de suas atas.

Além disso, poderão ser realizados fóruns, quando solicitados pelas PARTES, para que eventuais dúvidas que surjam no decorrer do processo de aferimento sejam solucionadas e proposições de melhorias sejam debatidas.

7 GOVERNANÇA CORPORATIVA

O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, na forma das diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas conforme as normas e práticas contábeis adotadas

no Brasil, e deverá obedecer às boas práticas de governança corporativa, com a apresentação de contas e demonstrações contábeis padronizadas, conforme as regras contábeis brasileiras.

8 REVISÃO DAS DIRETRIZES DE CONTRATAÇÃO DO VERIFICADOR INDEPENDENTE

No processo de REVISÃO ORDINÁRIA da CONCESSÃO, as PARTES, em comum acordo, poderão revisar as diretrizes previstas neste ANEXO para adequar as diretrizes de contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE às mudanças acordadas pelas PARTES durante a REVISÃO ORDINÁRIA.